

A Biblioteca no Ensino Superior

E TELVINA LIMA

Prof.^a da Esc. de Biblioteconomia da UFMG

Após apresentar algumas considerações sobre a reforma universitária no Brasil, o trabalho focaliza as implicações desse reforma em bibliotecas de estabelecimentos de ensino superior. Apresenta sugestões de uma caracterização tipológica desses estabelecimentos, como base para o planejamento de suas bibliotecas, enfatizando o problema da formação de acervos.

1. REFORMA UNIVERSITÁRIA BRASILEIRA

A lei que consubstanciou a reforma do ensino superior no Brasil completa em novembro próximo sete anos de existência. Elaborada por um Grupo de Trabalho constituído para estudá-la, visando melhorar a eficiência, a modernização, a flexibilidade administrativa e a formação de recursos humanos de alto nível para o desenvolvimento do País, objetivou a reforma apresentar soluções realistas e operacionais que permitissem a organização das atividades universitárias, conferindo-lhes maior eficiência e produtividade. Não se tratou, portanto, de fazer a reforma universitária, “mas de induzi-la, encaminhá-la, sob duplo aspecto: de um lado, removendo óbices, eliminando pontos de estrangulamento que entravavam a dinâmica universitária; doutra parte, proporcionando meios, dotando a instituição de instrumentos idôneos que possibilitem sua auto-realização na linha de uma conciliação difícil, mas necessária, entre o ensino de massa, de objetivos práticos e imediatos, e a missão permanente da universidade, a de constituir-se o centro criador de Ciência e a expressão mais alta da cultura de um País” (1).

Embora a reforma do ensino superior no Brasil se tenha desencadeado de fora para dentro, isto é, se tenha formulado em lei federal, correspondeu ela aos anseios da própria Instituição que, de há muito, vinha

questionando seus objetivos e apontando reiteradamente a defasagem entre uma sociedade em crescimento e mudanças contínuas, como a brasileira da segunda metade do século XX, e a universidade, excepcionalmente conservadora das tradições medievais do conhecimento puro, mas que, de modo geral, se constituía de estabelecimentos congregados, com a finalidade de promover habilitação profissional, para garantia do status social de uma elite minoritária.

Já em 1935, ANÍSIO TEIXEIRA, em discurso de inauguração da Universidade do então Distrito Federal, depois de analisar, com precisão as origens e a evolução das universidades brasileiras, sintetizou as funções dessa instituição básica da sociedade moderna: “A função da universidade é uma função exclusiva. Não se trata somente de difundir conhecimentos. O livro também os difunde. Não se trata somente de conservar a experiência humana. O livro também a conserva. Não se trata, somente, de preparar práticos ou profissionais, de ofícios ou artes. A aprendizagem direta os prepara, ou, em último caso, escolas muito mais singelas do que as universidades. Trata-se de manter uma atmosfera de saber, para se preparar o homem que o serve e o desenvolve. Trata-se de conservar o saber vivo e não morto, nos livros ou no empirismo das práticas intelectualizadas. Trata-se de formular intelectualmente a experiência humana, sempre renovada, para que a mesma se torne consciente e progressiva”. E continua: “O saber não é um objeto que se recebe das gerações que se foram, para a nossa geração, o saber é uma atitude de espírito que se forma lentamente ao contato dos que sabem”.*“A universidade é, em essência, a reunião entre os que sabem e os que desejam saber”. (4)

Muito se escreveu sobre a universidade brasileira, muito se contestou sua validade e muito se experimentou — contando-se entre as experiências mais significativas a citada instalação da Universidade do Distrito Federal, em 1935, e da Universidade de Brasília, em 1961 — até que a “reforma” se impusesse por lei.

O próprio Grupo de Trabalho para a reforma universitária reconheceu, em seu Relatório Geral, que a “reforma universitária perde o sentido se for dissociada do processo global das reformas sociais e que, por conseguinte, há de ser concebida como dado da totalidade nacional (1). Mas acrescenta que o problema não tem somente implicações políticas ou sociais, pode ser encarado, também, sob o aspecto técnico de operacionalidade. O plano de reforma focalizou portanto, entre outros, aspectos técnicos de forma jurídica, administrativa e estrutural da universidade; organização dos cursos e currículos e articulações com a escola média; forma-

ção, carreira, regime de trabalho e remuneração do corpo docente; criação de uma superestrutura destinada à pesquisa avançada e a formação de professorado (pós-graduação).

O processo de mudança é, entretanto, muito mais vagaroso do que sua idealização e ainda muito mais vagaroso do que se suspeita. Simples diferenças de objetivos ou de formas exteriores não significam, por passe de mágica, a criação de uma nova instituição social. E a universidade brasileira vem lutando para implantar o que se convencionou chamar “reforma universitária”, seguindo, com atraso centenário, modelo cuja validade se contesta na atualidade: a universidade americana, instituição de origem Humboldtiana, que, incontestavelmente, muito contribuiu para o avanço científico e tecnológico do mundo ocidental.

Terá, ainda, validade, na era da comunicação audio-visual, a universidade fundamentada em informações gráficas? No Brasil no ano 2000 (antes disto, certamente, não se conseguirão plenos resultados nas mudanças propostas pela Lei 5.540/68), os efeitos serão os mesmos que os obtidos na Alemanha no início do século XIX e, posteriormente, nos Estados Unidos? Os próprios meios de comunicação de massa alteraram significativamente as condições culturais e sociais da vida humana, pela eliminação de conceitos de tempo e distância. Estaremos, então, Governo e comunidade universitária brasileiros, lutando por uma universidade desde já inadequada ou defasada?

Futurólogos e críticos avançados prevêm a morte do livro e das escolas como instrumentos de transmissão de conhecimentos; há, entretanto, os que defendem estas peças mestras de nossa civilização, prevendo, sim, mudanças para assimilação da tecnologia moderna de comunicação, mas, nunca, a sua eliminação.

Acreditamos como estes, que a universidade brasileira encontrará, em seu próprio seio, os caminhos que a conduzirão a uma reforma verdadeiramente adequada, correspondendo às exigências de nosso desenvolvimento sócio-econômico.

Em seu curioso livrinho “Mutações em educação segundo McLuhan”, o Professor Lauro de Oliveira Lima cita o já folclórico aforismo “desenvolver-se, para um país historicamente defasado, **é queimar etapas**: o atraso facilita soluções desusadas e futuristas”. Mas, em página seguinte do mesmo livro, afirma: “O professorado brasileiro não atingiu sequer a “galáxia de Gutemberg”: utilização do livro. Comporta-se ainda como o leitor medieval que recitava pergaminhos e papiros para alunos analfabetos: a biblioteca não é ainda a fonte de informação. Transmite suas men

sagens oralmente como os povos pré-históricos sem tradição escrita” (2) São palavras caricaturais que, infelizmente, se aplicam à nossa realidade, Não há regra sem exceção, é verdade; mas o professor de ensino superior, via de regra, está fielmente retratado na afirmação do professor Oliveira Lima. Não é hora, portanto, de queimar etapas e partir para o abandono dos recursos gráficos em favor da sofisticação eletrônica. Mesmo porque, para isto, nos faltam dinheiro e material.

2. REFORMA E BIBLIOTECA

A nosso ver, uma das mais eficazes mudanças que possibilitarão a verdadeira reforma universitária no Brasil será a redefinição de conceito de suas bibliotecas, de maneira a transformá-las em um instrumento dinâmico de transferência de conhecimentos, muito diferente da instituição passiva de nossos dias que, com maior ou menor sucesso, armazena e organiza os seus acervos, à espera de uma percentagem reduzida de clientes que as procuram para satisfazer obrigações escolares — professores e alunos. Esta redefinição, certamente, só poderia ser encontrada em um diagnóstico dos serviços bibliotecários em estabelecimentos de ensino superior no Brasil e sua análise subsequente. Isto, por sua magnitude, dificilmente poderá ser realizado sem o apoio oficial, razão pela qual não o tentamos neste, trabalho. Seria certamente necessária a criação de um Grupo de Trabalho, com funções objetivas de planejar e realizar o estudo, para apresentar resultados e sugestões dentro do prazo pré-estabelecido.

Esforços isolados de observação e interpretação de dados nos levam a concluir que as bibliotecas universitárias brasileiras, embora recebendo reforços de verbas, principalmente através de convênios para cursos de pós-graduação e pesquisas, não mereceram até hoje um tratamento sistemático, continuam crescendo desordenadamente, sem objetivos próprios e sem visar, como deveriam, a integração com os objetivos das universidades .

Embora os números atestem aumentos substanciais em investimentos do Governo no financiamento de ensino superior — inclusive, como acima se afirmou, auxílios à compra de material bibliográfico — números igualmente atestam o aumento crescente do alunado de nível superior e, presumivelmente de usuários das bibliotecas. É fácil a comprovação de que o crescimento de recursos não corresponde ao ritmo de expansão das matrículas.

No que concerne às bibliotecas, o principal ponto de estrangulamento, além da citada falta de entrosamento em planos universitários, tem

sido a limitação quantitativa e — por que não constatar? — qualitativa dos recursos humanos, isto é, de profissionais habilitados para realmente transformarem as coleções bibliográficas em fontes de informação para o desenvolvimento das atividades da universidade.

Não se trata, certamente, de contestar a competência profissional do bibliotecário brasileiro, notadamente no campo da aplicação técnica de conhecimentos para organizar coleções. Mas da constatação de que, talvez devido ao número reduzido de pessoal da biblioteca universitária, seus dirigentes são levados, pela sobrecarga de trabalho, a uma visão limitada de sua tarefa, isolando-a do contexto universitário. Esforçam-se para prestar serviços em graus pateticamente elevados, mas não se preocupam em pensar se esse serviço é, realmente, o que deveria ser prestado, se as exigências que lhes são feitas encontram fundamentos em objetivos de valor para a universidade ou se decorrem do simples aumento da clientela sem o correspondente aumento de recursos bibliográficos e humanos.

A intenção deste trabalho é a de levantar, para discussão em plenário, alguns problemas de planejamento da biblioteca vinculada ao ensino superior, dentro das diretrizes estabelecidas pela Lei 5.540/68, da Reforma Universitária brasileira. As afirmações nele contidas são aleatórias e inteiramente de ordem pessoal. Das controvérsias e contestações que porventura provocar poderá originar-se novo enfoque do posicionamento da biblioteca no ensino superior brasileiro. É o que pretendemos.

3 PLANEJAMENTO DE BIBLIOTECAS VINCULADAS AO ENSINO SUPERIOR

Planejar significa figurar, por meios simbólicos, as diferentes posições e proporções das partes de alguma coisa que se queira construir ou realizar. É prever, passo a passo, o que se pretende executar, mediante ação disciplinada e metódica.

Pode-se entender o planejamento sob duplo aspecto: de organização prévia de uma instituição ou serviços; e se considerado sob um enfoque sistêmico, como um processo contínuo, uma vez que a constante avaliação de resultados em confrontação com objetivos pré-estabelecidos motiva o reajustamento da instituição para seu melhor funcionamento. Planejar é, então, processo administrativo.

Segundo o enfoque sistêmico, o planejamento considera não somente o setor a ser planejado, mas, também, o ambiente do qual faz parte e que determinará suas possibilidades necessidades e limitações.

Não se pode, portanto, pensar em planejamento de bibliotecas universitárias divorciado dos planos, objetivos e metas das instituições aos quais se acham vinculadas.

A falta de objetivos definidos para o ensino universitário provocou, no Brasil, idêntica indefinição dos objetivos de suas bibliotecas. Estatutos e regimentos aludiam, é certo, e sempre de maneira vaga e imprecisa, às finalidades das Instituições e ao papel que a biblioteca deveria desempenhar como suporte às atividades da escola ou faculdade a que pertencia. Dentre as imprecisões de objetivos da biblioteca, encontrava-se, porém, algo bem definido: deveria ela fornecer material de complementação às informações a transmitir — no caso de usuários docentes — ou a receber — no caso de usuários estudantes.

De fato, considerava-se “ensino” o que o professor dizia na sala de aula. O aluno poderia ampliar esse ensino, mas, como nota ANÍSIO TEIXEIRA em **Uma perspectiva da educação superior no Brasil** (5), “Entre professor e aluno há um **gentleman’s agreement** de que nada pode perguntar que não tenha ensinado, significando ensinado o que tenha **dito** em aula. Esta é, na maior parte dos casos, a função docente e o modo de exercê-la”. Desta maneira, a biblioteca perdia a sua razão de ser, transformando-se, em uma coleção de “bom gosto”, usada, é certo, com proveito, por aqueles privilegiados com a mente científica de trabalho. Os professores formavam as suas bibliotecas particulares e aconselhavam seus alunos a assim proceder.

Com a crescente ampliação dos conhecimentos em todas as áreas e o conseqüente aumento da produção bibliográfica, passaram os professores a indicar bibliografias, por vezes extensas, para complementação de suas preleções. Isto quando não resumiam essas bibliografias em apostilas, remanescentes das famosas **sebentas** de Coimbra. . .

Não causará espanto entre bibliotecários a afirmativa de que, frequentemente, das bibliografias recomendadas por alguns professores, não existiam exemplares nas bibliotecas e nem lhes fora solicitada sua aquisição. Não será também espantosa a afirmativa desconcertante de que estudantes espertos conseguiam, por vezes, “descobrir” o livro-chave para as informações transmitidas por certos professores, livro este que não figurava nas bibliografias que lhes eram distribuídas.

Realmente, a falta de objetivos definidos do ensino superior e a pobreza dos processos didáticos empregados por alguns professores conduziram à falta de planejamento das bibliotecas. Tiveram elas crescimento vegetativo. Compravam-se livros e assinavam-se periódicos, quando havia

disponibilidade orçamentária — disponibilidade esta raramente prevista; dava-se ao material adquirido, sempre que possível, um tratamento que permitisse sua recuperação, quando solicitado, e não se pensava na biblioteca como instrumento de aprendizagem.

Teria a situação mudado com a reforma universitária ora em curso? A Lei 5.540/68, realmente, estabeleceu as finalidades do ensino superior no Brasil. Foram elas claramente especificadas: as universidades realizarão atividades de ensino, pesquisa, pós-graduação e extensão. É evidente que o simples enunciado de finalidades e até mesmo a reestruturação organizacional das universidades não produzirão resultados, a menos que os processos didáticos a eles se ajustem.

Inexplicavelmente, em documentos preparatórios ou de avaliação da chamada reforma do ensino superior brasileiro, não se faz qualquer alusão às bibliotecas e ao papel que lhes caberá representar dentro do novo conceito de universidade.

Entretanto, o enfoque sistêmico do ensino superior levará à compreensão de que sua produtividade estará condicionada, é certo, à visualização global do sistema, mas dependerá, também, da interação entre suas diversas partes. E uma de suas partes ou subsistemas mais relevantes é a biblioteca.

A biblioteca é, incontestavelmente, um acervo de fontes de informação para suporte do ensino, da pesquisa, da pós-graduação e da extensão universitária e, portanto, a própria ampliação das finalidades do ensino superior implicará em novos conceitos de seus serviços bibliotecários. Já será possível o dimensionamento do problema, vinculado, sempre, é verdade, à própria extensão em que a instituição passe a adotar os parâmetros até mesmo formais da reforma universitária.

Isto torna claro que será impossível a definição de objetivos e planos de trabalho comuns para todas as bibliotecas universitárias e estabelecimentos de ensino superior, no Brasil. Será necessário caracterizá-las melhor, de acordo com o seu estágio de desenvolvimento.

4 CARACTERIZAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

É ainda ANÍSIO TEIXEIRA (5) que observa com propriedade que a ampliação do ensino superior no Brasil, causada por pressões sociais e demográficas, concretizou-se pela proliferação de novas Universidades e estabelecimentos de ensino, repetindo os modelos já existentes (de ensino tradicional), ao invés de se fazer pela ampliação das universidades exis-

tentes, com tradições acadêmicas já firmadas, por resistirem elas e virem até agora resistindo às mudanças, quer oriundas de preceitos normativos oficiais, quer causadas pelas pressões de correntes de opinião dominantes. Ainda hoje prevalece no País, exagerado número de estabelecimentos isolados de ensino superior (embora a lei determine a sua constituição em universidade ou agregação em Federações), voltadas exclusivamente para o ensino profissional — desvinculado, portanto, da pesquisa.

Em contraste, pelo menos em algumas áreas de grandes universidades, se faz pesquisa em alto nível. Além disso as universidades oficiais e outras de destaque da rede particular ingressaram no campo da extensão universitária, algumas pela manutenção de campi avançados, localizados, quase sempre, em comunidades menos desenvolvidas. Verifica-se, portanto, ainda hoje, grande descompasso no estágio de desenvolvimento dos estabelecimentos de ensino superior.

Para formulação de novo conceito de biblioteca universitária com a explicitação de seus objetivos, indispensável ao planejamento de serviços, será talvez útil a caracterização dos estabelecimentos de ensino superior de acordo com a extensão em que conseguem mudar métodos e processos de ensino e em que ampliam seu campo de atividades.

- a) — Estabelecimentos de ensino, somente, compreendido este como transmissão de conhecimentos já estabelecidos e, portanto, existentes em livros e periódicos.
- b) — Estabelecimentos de ensino e pesquisa; ainda aqui, adotamos conceitos emitidos por ANÍSIO TEIXEIRA em seu trabalho citado (5): distingue ele a pesquisa, propriamente qualificada, do ensino que é ministrado com base em pesquisa, tanto experimental quanto bibliográfica, isto é, aquele pelo qual o professor induz o aluno a “descobrir por si próprio o que deverá conhecer”. Uma questão de metodologia de aprendizado, portanto.
- c) — Estabelecimentos que ministram também ensino de pós-graduação e realizam pesquisas, entendidas estas como trabalho original que contribua para o avanço de qualquer ramo do conhecimento. Existe, é claro, a pesquisa desvinculada do ensino, realizada em institutos especializados. Mas, do ponto de vista deste trabalho, não serão focalizados.
- d) — Estabelecimentos que praticam a extensão, em qualquer de suas formas da prestação de serviços à comunidade.

Evidentemente, a caracterização acima exposta não será encontrada em seu estado puro, isto é, haverá certamente a combinação de tipos em um mesmo estabelecimento. Determinados professores de estabelecimentos voltados unicamente para o ensino poderão usar processos de ensino e pesquisa. E a biblioteca não se poderá furtar a incentivar estes esforços.

É de se desejar, por outro lado, a evolução de um tipo para outro, acarretando para a biblioteca a necessidade de redefinição de seus programas. Aliás, é nossa crença que, pela eficiência e eficácia de seus serviços, a própria biblioteca poderá provocar e/ou acelerar essa progressão.

Na impossibilidade de desenvolver, em trabalho desta natureza, todos os aspectos do planejamento bibliotecário centrado nas necessidades da instituição de ensino superior, acrescentaremos apenas alguns comentários de ordem geral, que nos parecem pertinentes.

5. FORMAÇÃO DE ACERVOS

Tarefa gigantesca ainda por realizar-se, seria a confecção de bibliografias-padrão para formação de acervos de bibliotecas de estabelecimentos de ensino superior, no Brasil. Isto se fez, sob a direção da American Library Association, nos Estados Unidos, para o ensino elementar e do ciclo básico do ensino superior (College). São bibliografias mínimas, é claro, que poderão ser ampliadas em cada circunstância específica. Seriam válidas estas bibliografias, tendo em vista a disparidade de desenvolvimento e de recursos do ensino superior brasileiro? Seria porventura mais útil a fixação de um número mínimo de livros e de assinaturas de periódicos para os diversos tipos de instituições? Os padrões quantitativos assegurariam a qualidade dos acervos e, o mais importante, sua utilização?

Somos dos que pouco acreditam em padrões e medidas generalizadas como meio de se assegurar o desenvolvimento de bibliotecas e de outros setores do trabalho intelectual de uma universidade. Confiamos, para isto, muito mais na atuação conjunta de docentes, bibliotecários e administradores (estes exercendo, naturalmente, muito mais funções restritivas, face à inevitável carência de recursos), para a programação das coleções bibliográficas e o conseqüente planejamento dos serviços aos leitores.

Porque é necessário reafirmar: a programação deve ser feita antecipadamente aos períodos letivos e à ampliação de cursos e de capacidade de matrículas, bem como à introdução de novos métodos e processos de ensino e de trabalhos de pesquisa.

Seguindo a tipologia acima esboçada, algumas diretrizes referentes à formação de acervos poderão ser sugeridas:

- 5.1 — Para estabelecimentos voltados somente para o ensino a grande maioria do sistema de ensino superior brasileiro — o acervo conterà, além de obras gerais de consulta, outras recomendadas pelos professores como de leitura indispensável. Os problemas mais graves que se apresentam relativamente a essas coleções assim poderão ser sintetizados:
 - 5.1.1 — Necessidade constante de atualização, implicando em distribuição equitativa de recursos entre os diversos assuntos.
 - 5.1.2 — Dificuldade de obtenção de textos em vernáculo.
 - 5.1.3 — Estabelecimento de índices de duplicação de exemplares de cada obra — o que dependerá do índice de poder aquisitivo dos alunos e de seus professores.

Uma vez que as publicações periódicas especializadas transmitem, via de regra, informações assimiláveis somente pelos que possuem conhecimento prévio do assunto, as assinaturas poderão se reduzir a um mínimo, naturalmente dos títulos mais relevantes nas áreas cobertas pelo ensino, no estabelecimento.

Para a otimização dos serviços prestados por este tipo de bibliotecas, além de um mínimo de organização só conseguida pelo trabalho de bibliotecário(s) habilitado(s), seria desejável o incentivo à utilização de cópias, com a colocação de equipamento adequado à disposição dos leitores, pois estudantes e professores permanecem em tempo parcial no recinto das Escolas. A aquisição de textos, pela Biblioteca, em número suficiente, seria altamente onerosa, além de indesejável, pela ocupação de espaço. A transferência do ônus dessa duplicação aos usuários não é utopia. Não é sem algum sentimento de tristeza que se pode constatar que este tipo de estabelecimento de ensino superior, voltado para o ensino tradicional, constitui ainda a maioria no sistema de ensino e não é encontrado unicamente no interior do País, mas também em grandes metrópoles. Seus alunos, habituados à compra de apostilas em cursinhos preparatórios ao vestibular, poderão ser induzidos a continuar pagando pela obtenção de trechos de livros e, em alguns casos, de artigos de periódicos.

Como requinte de prestação de serviços, porque não sugerir a criação, na própria biblioteca, de um grupo de tradutores? Cada vez mais

os estudantes do ensino superior relutam em ler em língua estrangeira; limitar suas fontes de informação, mesmo as complementares, como no caso, às aulas magistrais e a textos em português será contribuir cada vez mais para sua incapacidade de usar fontes de informação. Vale acrescentar que estas traduções não devem ser confundidas com as apostilas tradicionais e, para isto, deverão conter os indispensáveis elementos de identificação bibliográfica. Não nos podemos dar ao luxo, em País de tão poucos recursos bibliográficos, de nos ater obstinadamente às regras de respeito aos direitos autorais. Entretanto, às duplicações e traduções que sugerimos, deve ser acrescentada a informação de que se trata de material para fins didáticos, cuja reprodução para outros fins é proibida.

5.2 — À medida que aumenta, em estabelecimentos de nível superior, o número de professores que se utilizam dos processos de ensino e pesquisa anteriormente conceituado, impõe-se a ampliação da biblioteca, que deixará de se limitar a textos e manuais informativos dentro das áreas de estudo, e deverá aumentar quantitativa e qualitativamente, seu acervo bibliográfico e de recursos audio-visuais. Será esta a evolução natural das bibliotecas universitárias, quando receberem alunado de 1.o e 2.o graus que já se utilizam desses processos de aprendizagem. Ao que parece, a reforma do ensino fundamental está, pelo menos, muito mais generalizada e encontra muito menor resistência que a nível de ensino superior. Pode-se explicar isto pela mobilidade muito maior dos quadros docentes e por sua preparação, sistematicamente realizada e não improvisada, como a de docentes do ensino superior.

É justamente este tipo de Instituição que possibilitará a transformação da Biblioteca em multicentros de informação, utilizando recursos audio-visuais e equipamento eletrônico sofisticado. No panorama de nossa realidade atual, não nos parece provável que as poucas experiências realizadas, até mesmo em países altamente industrializados, possam estender-se rapidamente entre nós. São muito onerosas e dependem de tecnologia que não possuímos, para instalação e uso. Exigiriam um preparo prévio do usuário, para melhor assimilação.

Para suporte aos processos de ensino e pesquisa, são indispensáveis os periódicos. Assinaturas correntes, com retrospecto de 5 anos, talvez. E, para selecioná-las, a aplicação da Lei de Bradford sobre a dispersão bibliográfica será da maior relevância, pois os periódicos a serem as-

sinados seriam os que se acham compreendidos no núcleo da curva de dispersão.

A prestação de serviços aos usuários envolvidos em estudo e pesquisa exigirá esforços diferentes dos anteriormente citados, para bibliotecas de suporte ao ensino tradicional. Algumas técnicas de documentação deverão ser utilizadas, incluindo serviços regulares e eficientes de pesquisa bibliográfica, realizados na própria Biblioteca ou pela utilização de centros de bibliografia.

5.3 — Não se faz pesquisa sem adequado suporte de informações. Felizmente, a assimilação desta afirmativa já se nota nas altas camadas dirigentes do País, pois quase todos os convênios de financiamento a pesquisas incluem cláusulas de exigências de ordem bibliográfica. O problema que se apresenta diz respeito, então, à própria Instituição beneficiada pelos convênios: o da aplicação desordenada dos recursos recebidos, sem programas abrangentes de seleção e aquisição de material, deixando de incluir coleções completas de periódicos e de material de natureza histórica, dentro de cada área de pesquisa. De fato, para pesquisar, não basta a atualização das informações. É necessária a reconstituição histórica de fatos e experiências, correntes de pensamento e suas tendências. E, portanto, acervos cuidadosamente programados, dependendo esta programação de uma coleção de bibliografias, o mais abrangente possível. Se não se levarem em consideração os problemas de compra de material, cada vez mais dificultada pela incompreensão dos técnicos em finanças, com as restrições às importações e a conceituação do livro como material permanente, existem, ainda, sérios vetores à compleição de um programa de suporte bibliográfico à pós-graduação e à pesquisa:

- 5.3.1 — O fator tempo — não se reúne um acervo bibliográfico vultoso em poucos anos.
- 5.3.2 — O de localização centralizada das coleções — com a interdisciplinariedade cada vez maior do saber, não se pode obrigar o pesquisador a caminhar de uma para outra pequena coleção especializada para obter dados que talvez sejam irrelevantes no desenvolver de seu trabalho.
- 5.3.3 — O de recursos humanos — bibliotecários e outros especialistas em áreas de apoio ao planejamento, organização e dinamização das coleções.

Entretanto, cursos de pós-graduação estão se criando, programam-se pesquisas em diversos centros universitários e o governo se esforça, na medida do possível, para que estes primeiros passos da nossa independência cultural e tecnológica sejam efetivados.

No setor de bibliotecas, será preciso adotar atitudes conscientes: não permitir o crescimento desordenado das coleções, mas programar a sua seleção, tendo em vista os programas da própria instituição; organizar e indexar os acervos de maneira tal que todo o material de um mesmo assunto, seja livro, parte de livro, artigo de periódico, impressos e áudio-visuais, possam ser prontamente recuperados; planejar estruturas flexíveis que permitam a administração eficiente e o reajustamento do sistema, de acordo com o crescimento da instituição; projetar edifícios e instalações, de maneira que as coleções possam ser devidamente armazenadas e utilizadas com proveito.

A nosso ver, com a formalização do ensino a nível de pós-graduação e da pesquisa, a reforma universitária lançou o grande desafio aos bibliotecários brasileiros. E não poderão eles trabalhar sozinhos.

Equipes de especialistas de diferentes áreas serão naturalmente formadas para que todas as técnicas modernas adequadas sejam utilizadas em proveito da prestação de serviços aos pesquisadores.

5.4 — Tão amplo é o conceito de extensão universitária que seria difícil, como nos casos anteriores, discutir problemas citados pela implantação dessa atividade em estabelecimentos de ensino superior. Qualquer programa de extensão necessitará, claro, de suporte bibliográfico. Entretanto, dois aspectos da extensão universitária parecem merecer destaque:

5.4.1 — O primeiro se refere à educação dos usuários — universitários, ou não, para usufruição plena das coleções bibliográficas com a finalidade de buscar informações, adquirir conhecimento ou prazer estético. Esta educação se poderia fazer através de cursos programados pela Biblioteca, no recinto da própria Universidade ou pelo emprego de meios de comunicação de massa — filmes, rádio e televisão. Assumiriam caráter supletivo, destinados àqueles que, no ensino formal, não tiveram oportunidade de receber este tipo de treinamento.

5.4.2 — O segundo aspecto da extensão universitária que nos ocorre focalizar se refere à obrigação de terem Universidades, como uma

de suas finalidades, a de preservar e, ao mesmo tempo, liderar o desenvolvimento cultural da sociedade a que pertencem. Para isto, o acervo da biblioteca universitária deverá, também, reunir coleções de obras raras, preciosas e de arte, como patrimônio cultural. Com a parcimônia das verbas destinadas às bibliotecas universitárias, dificilmente esta missão poderá ser cumprida. Nosso desenvolvimento econômico não atingiu ainda o estágio de acumulação de grandes fortunas, o que poderia levar algum magnata altruísta e sem herdeiros a destinar recursos especiais às bibliotecas das Universidades onde estudaram, como aconteceu nos Estados Unidos. Enquanto se espera por tempo melhores, é dever dos bibliotecários de universidades zelar pelas obras valiosas confiadas à sua guarda e não simplesmente afastá-las, por não enfeitarem as prateleiras ou ocuparem espaço útil para coisas de valor prático mais imediato.

6. CONCLUSÃO

Em trabalho apresentado à Reunião de Especialistas em Planejamento Nacional de Serviços Bibliotecários na América Latina (Quito, 1966), J. E. SABOR afirmou que os bibliotecários da América Latina conhecem os objetivos do ensino superior e tentam, geralmente, satisfazê-los, na medida de suas possibilidades. Se não alcançaram, ainda, o sucesso desejado, isto se deve mais às limitações das atividades da própria Universidade. Em outras palavras, continua a autora, o desenvolvimento de nossas bibliotecas universitárias apresenta-se hoje mais como um problema de mudança de enfoque de seus objetivos e formas de ação, que de ajustamento de estruturas. Isto não se poderá realizar a menos que o problema seja enfrentado pela própria Universidade, no que diz respeito à sua administração geral (3). Estes conceitos foram o parâmetro de tudo o que focalizamos no presente trabalho.

A Lei 5.540/68 veio facilitar a reestruturação do ensino superior no Brasil. Estamos em fase de contestação de métodos e processos de aprendizagem e mudanças indispensáveis estão agora em curso de aplicação, facilitadas pelos novos enfoques do ensino de 1.o e 2.o graus, pois é dos egressos do ensino fundamental que a Universidade se alimenta.

Falta-nos a redefinição de objetivos da biblioteca, para permitir o planejamento adequado de seus serviços. Lenta, mas seguramente, isto acontecerá. Os bibliotecários brasileiros nunca se omitiram perante suas

responsabilidades. Talvez lhes falte, na presente conjuntura, um instrumento legal que os conduza à reformulação de seus conceitos de trabalho.

Caberia, então, ao Ministério da Educação e Cultura, através de seus órgãos competentes, Departamento de Assuntos Universitários e Conselho Federal de Educação, instituir um Grupo de Trabalho para promover estes estudos, como o fez para induzir a reforma do ensino superior. É o que sugerimos.

Abstract

Words about the Brazilian university reform and its influence to the college libraries. Suggestion for a typological characterization of these establishments, as a base to build their libraries with emphasis to the material acquisition.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Grupo de Trabalho da Reforma Universitária. **Relatório Geral**, s.l., s.d. (cópia xerox)
2. LIMA, Lauro de Oliveira. **Mutações em educação segundo McLuhan**. 4. ed. Petrópolis, Vozes, 1972.
3. SABOR, Josefa E. **Revisión del concepto de las funciones bibliotecarias a la luz de la planificación del desarrollo económico, social y cultural**. Quito, Ecuador, Reunión de expertos sobre planeamiento nacional de servicios bibliotecarios en América Latina, 1966. Brasília, Biblioteca Central da UnB, 1966 (mimeografado).
4. TEIXEIRA, Anísio. Notas para a história da Educação. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, 37(85): 181-8, jan/mar. 1962 (Palavras proferidas na inauguração da Universidade do Distrito Federal).
5. . Uma perspectiva da educação superior no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, 50(111):21-82, jul/set. 1968. Depoimento prestado, em 08-05-1968, à Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara dos Deputados).